

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO - ENEL**

**14.12.2023**

\* \* \*

- Abre a reunião o Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Havendo número regimental, declaro aberta a 17ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito constituída pelo Ato nº 160, de 2023, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviços e de fornecimento de energia elétrica na Região Metropolitana de São Paulo, investigando, em especial, no período de 2018 até 2023, as quedas de energia, a cobrança de valores, a atuação operacional, o suporte aos consumidores e prefeituras, a execução da tarifa social, os contratos assinados, a execução dos investimentos das obras previstas, bem como o estado de conservação da rede de infraestrutura e distribuição energética.

Registro com muito prazer a presença dos nobres deputados Carlos Cezar, deputado Luiz Fernando Teixeira, deputado Luiz Claudio Marcolino, deputada Carla Morando, deputada Monica Seixas, deputado Dr. Eduardo Nóbrega e este presidente.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Só uma dúvida: a deputada Marta Costa vai participar também? Não?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Ela está sem o... Solicito à secretária a leitura da Ata da reunião anterior.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente. Peço a dispensa da leitura da Ata.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É regimental o pedido de Vossa Excelência. Está dispensada a leitura e ficam consideradas aprovadas as Atas das últimas reuniões desta CPI.

Eu quero, antes de mais nada, pedir a suspensão dos trabalhos por cinco minutos, só para dar determinadas explicações. Então fica suspensa por cinco minutos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Reaberta a nossa sessão. E pedir mais dez minutos de suspensão dos trabalhos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Reabrindo os trabalhos, pedir mais cinco minutos de suspensão.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Reaberto os trabalhos. Como esta reunião foi convocada com o objetivo de procedermos à discussão e à deliberação dos relatórios finais desta CPI, deputada Carla Morando, depois da sessão de ontem, na qual decidimos trazer novamente para esta sessão a votação do relatório

para alguns ajustes, se a deputada quiser colocar alguma questão, abro a palavra para os deputados.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sim, só para dizer que ontem as assessorias todas ficaram em comunicação, se reuniram, e foram acatadas muitas alterações. Todos de acordo. Hoje, o relatório está entregue aqui com as alterações pedidas ontem. Inclusive, uma de hoje também. Agora, no primeiro momento, também foi feita uma pequena alteração.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Sr. Presidente, nós trabalhamos aqui, mais, acho que uns três meses em relação a esta CPI. O tempo todo, o que foi colocado, por diversas vezes, é que o contrato que foi feito de concessão em 1998 era um contrato frouxo.

Um contrato que toda vez que se questionava ou apertava a Enel, ela se voltava ao contrato. Aqui, todos os deputados tinham o mesmo entendimento, que tinha que fazer uma alteração na estruturação do contrato, recomendações para alteração do contrato e tinha que pedir o encerramento do contrato da Enel no estado de São Paulo, pela falta de qualidade do atendimento.

Inclusive, pelo formato que o contrato foi estruturado, porque tinha um problema em relação... Você tem mais de 36%, quase 40% da população que pode ser não atendida hoje, e está dentro do contrato. A Enel pode só resolver o problema da geladeira e do fogão, porque está dentro do contrato. Tudo estava dentro do contrato.

Então, o tempo todo nós trabalhamos aqui que tem que responsabilizar a estruturação da Aneel hoje no Brasil, porque tem que mudar o formato. Em 2028 vai ter novas concessões, vai ter muitas concessões que vão acontecer no próximo período. Então, a estruturação que nós temos hoje, da Aneel, no sistema de gestão de concessões é frágil. Esse foi o entendimento de todos nós.

Ao mesmo tempo, durante toda a tramitação da CPI, todo mundo colocou o mesmo problema em relação à Arsesp. Na Arsesp, hoje, nós temos apenas 24 fiscais

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

para fazer o controle de acompanhamento da Arsesp no estado inteiro, não só da Enel, mas do conjunto dos 645 municípios, de todas as concessionárias que nós temos hoje no estado de São Paulo.

Então, nós detectamos problemas na Enel, na Arsesp e na Aneel. Esse é o papel da CPI, fazer o levantamento de todos os problemas que nós... Até aí tudo bem, é o entendimento do que nós trabalhamos todos os dias na CPI.

Só que agora, na hora que chega no relatório final... E nós concordamos com todos os apontamentos. Ontem, nós fizemos vários considerandos em relação à Enel, fizemos vários considerandos em relação à Arsesp e fizemos vários considerandos em relação à Aneel. Nós pegamos os três agentes que hoje criam prejuízos para a população do nosso estado.

Fizemos recomendação para a Enel, que a Enel tem que melhorar o seu quadro de funcionários, que tem que ter postos físicos para fazer o atendimento à população, tem que apresentar um plano de trabalho para a CPI, para melhorar a questão do atendimento à população, tem que melhorar a questão do atendimento... Tudo isso nós colocamos, porque foram os debates que nós fizemos aqui, durante a CPI. Tudo isso estava colocado.

Fizemos também em relação à questão da Arsesp: tem que ter concurso público, tem que melhorar a questão do atendimento, tem que rever o convênio que tem hoje feito com a Aneel, tem que melhorar a fiscalização. Em relação à Aneel, sugerimos, inclusive, o rompimento do contrato com a Enel para o estado de São Paulo: ou faz uma nova licitação ou a própria Eletrobras assume hoje a gestão da Enel aqui nas 24 cidades.

Tudo isso foi colocado. O problema é que, a hora que chega no relatório final - e aí é a nossa discordância do relatório apresentado pela deputada Carla... É que ela aponta como o único responsável do problema do não atendimento à população, depois de todo o debate que nós fizemos aqui na Assembleia Legislativa - que o problema era da Enel, o problema era da Arsesp, e o problema era da Aneel.

E aí você aponta... E nós concordamos também em relação à Enel, que tem que ter uma orientação, do Ministério Público, de indiciamento que, porventura, venha a ter algum problema em relação à gestão dos executivos da Enel, mas que também tem que ter em relação à Arsesp, que ela também é responsável, que ela é a fiscalizadora do contrato, e tem que ter em relação à Aneel também. Você tem que ter uma responsabilização de todos os executivos: da Enel, da Arsesp e da Aneel.

Qual que é o problema? Estamos tentando construir aqui, presidente, um acordo para garantir que, de fato, o bom trabalho que nós fizemos aqui no relatório da CPI... Seja um bom relatório, que vá para Brasília, que vá para o Ministério Público, que vá para as estruturas que tem, que possamos fazer legislação que garanta um bom atendimento para os clientes. O problema é que não dá para aceitar, depois de todo o debate que nós fizemos, que o único problema está na Enel.

A Enel tem problema? Tem; um problema sério, que é apontado no relatório em todos os casos que nós apresentamos ontem - no nosso subrelatório. Como eu disse, nós estamos propondo que 60% do quadro da Enel seja de servidores próprios, para melhorar a qualidade do atendimento; que haja um processo de qualificação desses servidores. Nós estamos colocando que tem que ter concurso público.

Estamos colocando que não dá para aceitar só a questão da televisão e da geladeira para se fazer ressarcimento. Tem que ter danos morais e tem que ter danos materiais quando tiver algum problema da empresa. Ela vai investir em tecnologia, mas ela tem que investir em atendimento à população.

Tudo isso que nós debatemos aqui na CPI está no nosso relatório. E tudo isso nós concordamos. O problema é que nós falamos o tempo todo que o problema não era só a Enel. Tinha problema na Arsesp e tinha problema na Aneel. E o nosso relatório está muito bem apontado, no considerando e nas sugestões. Agora, na última hora, presidente, falar que o governo entrou em jogo e falar que não pode incluir a Arsesp... Não pode incluir a Arsesp no relatório como responsabilidade dos seus dirigentes? Aí não dá, presidente.

Nós fizemos todo um debate aqui, o tempo todo sem tratar como oposição ou situação - a CPI. Nós nunca tratamos dessa forma esta CPI. Nós fomos magnânimos, todos nós aqui; trouxemos pontos o tempo todo; contribuímos bastante nas sugestões, nas perguntas, nas recomendações; fizemos um relatório muito bem feito a partir de todo o debate que nós fizemos. Agora, o governo falar que não pode incluir a Arsesp, porque a Arsesp é relação do Governo do Estado de São Paulo... Está errado. Aí não dá para a gente concordar que não pode responsabilizar os dirigentes da Arsesp porque o governo entrou no jogo falando que não pode incluir a Arsesp no relatório final.

Nós não podemos aceitar. Se a gente tivesse feito, o tempo todo aqui, briga política, disputa política entre oposição e situação... Nós não fizemos isso. Nós não fizemos isso em nenhum momento, em nenhuma das arguições. O tempo todo foi para tentar construir, para melhorar o atendimento da Enel para a população das 24 cidades.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Foi isso que nós fizemos. Nós não entramos aqui na disputa das prefeituras A ou B. Nós não entramos. E quando começou a ter, nós fomos lá, botamos o pano e falamos: “Isso aqui não é um debate para a CPI.” Tiramos o debate pontual das cidades. Nós não entramos nesse jogo.

Agora, nós não podemos aceitar, agora, na reta final do processo de definição da CPI, falar que não pode incluir a Arsesp como responsabilidades que eles têm. Aí, nós vamos passar a mão na cabeça da Enel, dos dirigentes da Enel. E nós falamos durante todo o processo da CPI: o governo do estado sequer bota recursos na Arsesp. O dinheiro da Arsesp - que tem hoje - vem da conta de luz que nós pagamos. O governo não tem gestão.

Agora o governo vai falar: “Não, eu não quero porque daqui a alguns dias o governo do estado vai indicar os dirigentes da Arsesp.” Porque hoje... Os indicados da Arsesp, hoje, são do governo passado. Mas, daqui a alguns dias, o governo do estado de São Paulo vai ter que indicar os dirigentes da Arsesp. E se vai indicar os dirigentes da Arsesp e vem interferir, agora, na nossa CPI no último dia, no último momento... Nós... Não dá para concordar.

Nós não aceitamos, porque se nós tivéssemos feito, presidente, o tempo todo... Viu, presidente, se a gente tivesse feito o tempo todo briga política aqui dentro dessa CPI, eu concordaria que o governo viesse agora na reta final falar como é que o relatório teria que ser feito. Mas, do jeito que foi feito, agora, nessa reta final, no último minuto de encerrar... Nós não aceitamos ingerência do governo na CPI em que a gente estava trabalhando. Então... (Vozes fora do microfone.)

Não, inclusive, colocado... Nós trouxemos aqui vários considerandos em relação à questão da Aneel. Em vários momentos aqui, a CPI estava caminhando - que era para um questionamento mais pesado em relação à Aneel -, e nós concordamos que tem problema no contrato desde 1998. Tem que ter alteração. E não é porque o governo federal é do presidente Lula hoje - do Partido dos Trabalhadores - que nós vamos falar: “Não, nós não concordamos com o modelo que foram feitas as concessões.” Tem que mudar, tem que alterar.

Em momento algum, nós viemos falar aqui: “Não inclua a Aneel para ter responsabilidade, porque pode resvalar no governo federal.” Nós não colocamos isso em momento algum. Agora, no último momento, o governo vir falar que não pode incluir a Arsesp para a responsabilidade de todo o processo... Tem que incluir. Tem que incluir.

Então, a nossa posição tem questionamento em relação à Enel, aos seus dirigentes. Tem que incluir a responsabilidade, o Ministério Público tem que apurar, inclusive, criminalmente, mas tem que incluir também da Arsesp e da Aneel. Foi todo esse debate que nós fizemos aqui na CPI e não dá, na reta final agora, para passar a mão na cabeça da Arsesp, que não dá para aceitar o que agora o relatório quer apresentar. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, o deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sr. Presidente, nobres deputadas, nobres deputados, todos que nos assistem através da TV Alesp, foram meses de oitivas, o Partido dos Trabalhadores esteve aqui presente em todas as oitivas, seja através do meu mandato, seja através do mandato do deputado Marcolino, em que vários deputados que aqui estão participaram de todas as ações.

É fato que o serviço prestado pela Enel é um serviço extremamente questionado, de baixíssima qualidade, trazendo grandes problemas a toda a população das cidades atendidas. Nós, o tempo todo, como disse e destacou o deputado Marcolino, em momento algum nós tivemos a intenção de partidarizar, de usar politicamente essa CPI, mas, o tempo todo, nós, juntamente com a deputada Monica, sempre tivemos um único foco, que era a população da Grande São Paulo.

Na minha cidade, para mim, um dos grandes responsáveis pelo problema de energia elétrica ali era o prefeito Orlando Morando, porque não fazia a manutenção das podas necessárias. Sempre, na história de São Bernardo, as podas foram realizadas, e, desde que o rapaz assumiu a prefeitura, ele abandonou esse trabalho de fazer as podas preventivas. Diga-se de passagem, agora está cometendo um crime ambiental com as podas radicais que está realizando, abaixando, acabando com a arborização da cidade.

Em momento algum eu trouxe essa questão e repisei, e fui à imprensa repisar a responsabilidade, ou a irresponsabilidade, do prefeito Orlando Morando, e o senhor é testemunha. O que acontece? Nós questionamos a privatização da energia elétrica o tempo todo. Em 1998, diversos deputados foram cometer o crime de entregar algo essencial ao desenvolvimento do estado, ao funcionamento do estado, das famílias, do setor produtivo, do poder público, que é a energia elétrica.

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

Mas fizeram isso, na nossa opinião, cometeram um crime e fizeram um péssimo contrato, autorizaram essa privatização da Eletropaulo. E hoje nós, a população de São Paulo - sobretudo a população da Grande São Paulo - paga um preço muito caro pelo serviço que é prestado pelo particular. Entregaram algo como se fosse uma mercadoria para o Estado italiano explorar - o que não serviu para o povo de São Paulo, serviu para o povo italiano. E entregaram a Eletropaulo para a Enel explorar.

Como disse o deputado Marcolino, foi feito um contrato frouxo. Isso que foi trazido aqui, onde o particular não tinha tantas obrigações, tinha tantas possibilidades, que nós chegamos à conclusão que o crime compensava. Pagar multas milionárias e deixar de atender compensava o lucro. E milhões e milhões e milhões de reais, transformados em dólares, foram enviados para a Itália, a ponto de eu elogiar os executivos da Enel em relação ao interesse particular.

Largaram o interesse público, dane-se a população, mas o dinheiro, o lucro foi auferido; não foram lucros pequenos, de um ano para o outro, com os cortes de pessoal, com corte de serviço, com corte de gastos. A empresa se tornou de deficitária para altamente lucrativa. O que acontece? Toda a fiscalização desse contrato era atribuída à Aneel, a Agência Nacional de Energia Elétrica, que deliberou repassar essa responsabilidade à Agência Reguladora de São Paulo, a Arsesp.

O que aconteceu nesse período? A Arsesp, com apenas 24 fiscais, assumiu e topou não fiscalizar, porque é humanamente impossível 24 fiscais fiscalizarem todo o estado de São Paulo, todas as concessionárias de energia elétrica. Portanto, o que aconteceu? Recebiam... A Arsesp recebia para não fiscalizar e prevaricou esse tempo todo.

Isso que eu estou falando hoje, eu falei para o presidente da Arsesp, que a Arsesp prevaricou. Os diretores de energia da Arsesp prevaricaram. Os presidentes que estiveram na Arsesp, ao longo da execução desse contrato, prevaricaram junto com a Aneel.

Eu estive em Brasília, junto com os deputados Arlindo Chinaglia, deputado Kiko, deputada Juliana e deputado Maurici, e eu pude dizer isso ao presidente da Aneel, o quanto eles prevaricaram, porque todo contrato administrativo deve ser trabalhado com a finalidade de atender o interesse público.

Se o contrato é frouxo, se o contrato é ruim... Ele precisa ser readequado para atender o interesse público. Nós não podemos, por irresponsabilidade, inconseqüência

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

de meia dúzia de gestores, expor - da forma que foram expostos - os consumidores da Grande São Paulo, sobretudo os menores, nas periferias.

Também o setor produtivo, nós chegamos a verificar aqui que, para se ligar... O prefeito de Taboão da Serra trouxe aqui que, para se ligar um conjunto habitacional, levou seis meses. Indústrias precisando da ligação, e era o tempo da regulamentação, um tempo inconcebível de três meses, de quatro meses, e vai para lá, vai para cá.

A empresa privada brincou de prestar o serviço, e o estado de São Paulo brincou de fiscalizar e de lutar pelo interesse público. A todo tempo esse contrato poderia/deveria ter sido alterado, pasmem a toda... Todos os que nos acompanham através da Rede Alesp: 24 fiscais para fiscalizar todo o estado, ou seja, você finge que trabalha e eu finjo que te fiscalizo.

Em nenhum momento foi alterado... Porque, deputado Marcolino, a Arsesp não era obrigada a atender esse convênio, não tinha obrigação, atendeu porque quis, e parece-nos que atendeu para não fiscalizar, porque como é que 24 fiscais vão fiscalizar a Grande São Paulo?

O estado todo, 24 fiscais, é ineficiente para fiscalizar apenas a capital, apenas São Bernardo, 24 fiscais em uma cidade de quase um milhão de habitantes, é incapaz, incompetente, humanamente impossível de fazer a fiscalização. Então, restou-nos claro que o estado de São Paulo tem uma grande culpa, e eu diria os governadores de São Paulo, todos os diretores da Arsesp, em especial os diretores de energia e a presidência da Arsesp.

Porque a todo tempo era possível ela questionar a Aneel quanto à necessidade de alterar esse contrato e fazer um contrato que atendesse o interesse público. E são contratos milionários da direção da Arsesp, pessoas indicadas pelo governador do estado, e em momento algum eles questionaram.

A população de São Paulo pagou caro, e em momento algum a Arsesp foi para cima do prefeito de São Bernardo do Campo e dizer: “O senhor tem que fazer a poda, senão a população vai ficar no escuro”. Como a própria Enel dizia o seguinte: “A responsabilidade”... E a Arsesp nos colocou aqui que a responsabilidade de poda das árvores é do prefeito, não é da empresa. Então, grande parcela dos problemas que nós investigamos aqui foram culpa dos prefeitos, e em especial, no meu caso, do prefeito de São Bernardo do Campo, o senhor Orlando Morando.

Então, o nosso relatório, ele propõe, Srs. Deputados e Sras. Deputadas e a todos que nos acompanham, que sejam indicados para que o Ministério Público possa, de fato,

ir para cima da Aneel, Agência Nacional de Energia Elétrica, que em momento nenhum trabalhou, melhorou, e no nosso entender prevaricou, deixou de fazer aquilo que tinha obrigação de fazer. A Arsesp, agência estadual, que é quem foi delegado a ela... Essa fiscalização, ela brincou de existir.

São servidores, são pessoas que exercem funções públicas altamente remuneradas, são mandatárias, eles têm mandato, ninguém pode chegar, o governador chegar agora, não pode tirá-los, porque eles têm um mandato. E não fizeram o que deveriam ter feito.

E, por último, a Enel, que é a empresa que presta o serviço, todos nós sabemos a qualidade desses serviços que foram prestados. Bilhões, milhões de lucros auferidos e um serviço extremamente questionado.

Diminuíram a sua quantidade de trabalhadores, terceirizaram tudo, quase tudo. O atendimento é péssimo. Todas as vezes que nós conversamos com os executivos da Enel, falavam “não, o atendimento é bom”. É bom para o proprietário, é bom para o lucro, mas a população nunca teve acesso às reclamações, senão por três horas presas no telefone para tentar falar com o atendente, e não conseguiam.

É fato, Sr. Presidente, que nós, do Partido dos Trabalhadores, defendemos que sejam todos penalizados. Nós entendemos que a Enel causou prejuízo à população, que a Enel chegou a cometer crimes, quando informou de forma equivocada, como mostrou um dos diretores dela aqui, mas nós entendemos que a Arsesp e a Aneel prevaricaram, e isso é crime.

Por isso nós defendemos que no relatório final seja incluída também a possibilidade de incriminar essas pessoas. E o governo chega aos 49 minutos do segundo tempo, nós tentamos...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - ... Desde ontem nós estamos tentando, efetivamente, convencer os deputados da base aliada, mas chegou uma ordem de cima para baixo que quer tirar a Arsesp. Nós não aceitamos que a Arsesp seja tirada do relatório. Se nós tivermos que induzir a responsabilização, nós temos que induzir a responsabilização de todos os culpados, e não só a questão que nos interessa pessoalmente, como se tivesse um problema pessoal.

Porque eu entrei nessa CPI para fazer o que tinha que ser feito. E, na minha opinião, erraram os deputados de 98 que autorizaram essa privatização. Errou a Aneel pelo projeto e a não alteração. E errou profundamente a Arsesp por permitir que o particular prestasse isso que foi prestado, que, na minha opinião, foi um péssimo serviço.

E, por último, também a empresa. Agora, só incriminar a empresa sem incriminar o estado, eu acho que São Paulo não terá a resposta que deveria receber, que é a denúncia e a melhoria desses contratos daqui para frente.

Sai um relatório proposto não incluindo essa questão, e nós queremos destacar para que possam ser incluídas também a Aneel e a Arsesp como culpadas por todo esse péssimo serviço que a população de São Paulo, sobretudo da grande São Paulo, vem recebendo.

Então é isso, Sr. Presidente. Queríamos deixar registrado nos anais da Casa para que a imprensa pudesse saber que hoje corremos o risco de dizer o seguinte, “olha, vamos punir a Enel, mas vai continuar assim para o resto da vida.”

Eu acho que aprovar o relatório da deputada Carla Morando, sem a inclusão da Arsesp, sem a inclusão da Aneel, é um relatório que é meia boca, porque no nosso entender falta incluir o Estado e a União como responsáveis por esse péssimo serviço prestado de energia elétrica no estado. Muito obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Com a palavra, deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Bom, a gente chega no que eu espero ser o momento final de uma CPI que a população do estado de São Paulo espera resposta.

E eu falo “a população do estado de São Paulo” porque mesmo quem não é atendido pela Enel espera que o que sair daqui sirva de exemplo às demais concessionárias de energia, de gás e de saneamento básico que atendem o estado de São Paulo, e que não raras as vezes violam o direito do consumidor e a dignidade humana dos seus atendidos.

Portanto, eu concordo que há pressa. E também concordo que todos nós, que estivemos aqui ao longo desses meses, ouvindo os nossos convidados, ouvindo os

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

usuários, sofrendo a pressão da população, muitos de nós também sendo clientes e usuários da Enel, sabemos da falta de condições de o serviço continuar assim.

A relatora Carla, o deputado Marcolino, o deputado Luiz Fernando, inclusive mais atuante do que eu nesta CPI, ontem falava à Carla das inúmeras intervenções corajosas que ela fez aqui na CPI. Do Marcolino, da disciplina, de olhar nos detalhes e contribuir. Do Luiz Fernando, de ampliar o escopo e fazer a gente olhar para as mais diversas frentes. Do esforço coletivo que tivemos aqui para chegar num bom resultado.

A Carla abriu a possibilidade de a gente contribuir com o relatório. De pronto, o meu maior medo era que a gente saísse daqui sem apontar a imediata necessidade de interrupção do contrato e de intervenção na Enel. Considero que a gente tem grandes acordos até aqui. E corajosos acordos até aqui.

O primeiro é decretar a imediata intervenção na Enel. O segundo, a caducidade do contrato. O terceiro, a auditoria. Mas a gente tem a expectativa de que, diante da auditoria, não restem dúvidas da impossibilidade de continuar com o contrato, que não foi cumprido por nenhuma parte. Por fim, eu acredito que o resultado é consideravelmente satisfatório.

Também nunca me opus, e acho que é impossível ignorar a responsabilidade de diretores, gestores e executivos que, diante dos astronômicos lucros consecutivos da empresa, não sejam responsabilizados pela escolha de não investir na manutenção que, desde antes dos eventos de novembro, colocava a população sempre em situação degradante.

Porque, quando a gente está falando de falta de energia elétrica, e a gente está falando que acamados podem estar em situação de vida ou morte... A gente está falando que comércios vão perder as suas coisas. A gente está falando que mães de PCDs provavelmente passarão horas e dias horrorosos. Nós estamos falando que, provavelmente, atividades econômicas e prejuízos gigantescos acontecerão.

Nós estamos falando de mortes. Nós vimos aqui que mais ou menos 700 mortes aconteceram durante os últimos apagões. Então acho corajoso também. Agora vou fazer um parênteses antes de continuar. Eu gostaria de saber como ficou a redação final desse parágrafo, relatora, por favor: “Propõe-se indiciamento por presumível cometimento de crimes.”

Esse parágrafo, que a gente está discutindo desde a manhã. Porque eu quero propor um destaque e uma alteração dele. Mas eu gostaria de ouvir a redação final, proposta agora.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Especificamente nesse parágrafo, que foi a questão de toda a discussão, ficou da seguinte maneira.

“Propõe-se observar o indiciamento, ao Ministério Público e à autoridade policial, em virtude da extrema gravidade dos fatos apurados, e de responsabilidade da Enel, dando continuidade à presente investigação, para detalhar a autoria e a materialidade dos atos infracionais tratados no relatório. Especialmente dos Srs. Max Xavier Lins, na qualidade de presidente da Enel Distribuição São Paulo; do Sr. Nicola Cotugno, na qualidade de ex-presidente da Enel Brasil; do Sr. Vincenzo Ruotolo, diretor de Operações de Rede da Enel Brasil. E os demais diretores do quadro funcional e diretivo da mencionada empresa que porventura tenham contribuído para os eventos.”

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Nunca discordei da responsabilização e do caminho que aponta para a responsabilização dos executivos da Enel São Paulo e da Enel Brasil sobre os eventos. Repetindo: aqui a gente está falando de vida ou morte, em muitos casos. Mas onde é que mora a divergência, a partir de agora? Muito respeitosamente, peço ao colegiado para destacar esse item do relatório, e pedir para adicionar um texto.

Óbvio que os diretores da empresa fizeram escolhas. Óbvio que o diretores da empresa fizeram escolhas que culminaram no colapso do atendimento. Que bom que a gente vai caminhar para a extinção desse contrato. Mas e a próxima empresa que vai assumir? E as próximas empresas que vão assumir a partir de agora poderão continuar a fazer o que bem entendem do abastecimento de energia, de água e de gás do estado de São Paulo?

E para além da Enel, as outras empresas que precisam ser reguladas, e para além das empresas de energia, agora diante do medo da população de São Paulo da entrega da Sabesp, é possível que a gente feche os olhos à necessidade de chamar responsabilidades, os órgãos fiscalizadores, que por omissão ou permissão deixaram que a situação chegasse aonde chegou?

A gente vai tirar a Enel, e tenho acordo absoluto e acho corajosa, importante e consenso... Decisão dessa CPI pela intervenção na Enel agora. Mas quem vai nos garantir que a próxima concessionária que assumir essa bomba relógio, essa panela de pressão, que é o fornecimento de energia na Região Metropolitana de São Paulo, vai nos oferecer um serviço melhor?

Não é possível garantir isso quando a Arsesp, que é a empresa responsável pela fiscalização, não tem condições de fazê-lo. A gente não pode ignorar que a Arsesp não tem condições de fazê-lo. Nós estamos falando de 24 fiscais para 645 municípios. Então, eu acredito que o resultado até aqui está bom, mas a gente pode ser excelente. A gente pode cuidar aqui para que, no futuro, a gente não volte a ter a Casa debruçada por uma concessão, porque regular e fiscalizar as concessões são responsabilidades da Aneel e da Arsesp.

Portanto, eu gostaria de incluir alguns trechos no relatório final, que eu considero que seriam travas de segurança para o futuro, para que o presente não se repita. E isso pode ser de interesse de um ou outro, porque os casos de chefia dessas agências reguladoras são cargos de indicação, mas também é da nossa responsabilidade.

Logo ali na frente, senão no ano que vem, quem não vai para a eleição municipal vai se haver com a opinião pública. Nem todo mundo é da Região Metropolitana. Eu não sou, eu tenho uma casa aqui em São Paulo para trabalhar, mas eu sou do interior, eu sou atendida pela CPFL também.

Eu gostaria de aqui tirar parâmetros para que o atendimento da CPFL no interior seja melhor, que a CPFL não ouse em virar uma Enel que só pensa em lucro, não que não seja assim no momento. Por isso, eu gostaria de destacar - vou repetir, porque eu gostaria que fosse votado e sujeito a esse colegiado - a inserção de um novo trecho ao relatório. Partindo do trecho final, que a Carla leu, a gente mantém a indicação de indiciamento criminal dos executivos da Enel São Paulo e da Enel Brasil, e adiciona:

“Propõe-se conjuntamente o indiciamento para o presumível crime de crime de prevaricação dos Srs. Sandoval de Araujo Feitosa Neto, na qualidade de diretor-geral da Agência Nacional de Energia, a Aneel; André Pepitone da Nóbrega, na qualidade de ex-diretor-geral da Agência Nacional de Energia, de quando o contrato da Enel foi assumido.

Propõe-se também, conjuntamente, o indiciamento, também presumível por cometimento de crime de prevaricação, do Sr. Marcus Vinicius Vaz Bonini, na qualidade de atual diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, a Arsesp.”

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL - A finalizar, deputada.**

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Para finalizar. “Hélio Luiz Castro, na qualidade de ex-diretor-presidente da Agência Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo, a Arsesp; e Marcos Roberto Lopomo, diretor da regulação técnica de fiscalização de serviços da energia elétrica... Reguladora de Serviços Públicos do Estado de São Paulo. Por fim, indica a necessidade de elaboração de lei para ampliação do cargo fiscalizatório da Arsesp.”

Gostaria de sugerir adicionar esses três parágrafos, a partir do trecho lido, à relatora Carla, ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, finalizado a discussão...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Não, para discutir, presidente. Sr. Presidente, eu tenho acompanhado os trabalhos da CPI e quero fazer aqui das palavras do nobre deputado Luiz Fernando, os argumentos utilizados... Para dizer que a CPI presta um grande serviço ao estado de São Paulo e ao povo paulista.

Tudo o que foi levantado, e bem colocado por V. Exa. e pelos deputados que já me antecederam, demonstra que as falhas e o péssimo atendimento que ficaram notórios durante todo esse procedimento não ficarão impunes. E eu tenho certeza que a partir de agora São Paulo dá um exemplo para o País, a fazer com que os próximos contratos de concessões sejam regulamentados visando ao interesse público.

Eu acredito que esta CPI entra para os anais da Casa, e ficará marcada como um evento que, não só para a energia elétrica, mas para todos os serviços públicos privatizados ou terceirizados por meio de concessão, os concessionários ou autorizados, Luiz Fernando, terão muita responsabilidade na prestação da execução desse serviço.

Então, eu acredito que nós prestamos um serviço importantíssimo para o estado de São Paulo e para o Brasil. Também que todos os levantamentos e apontamentos que foram colocados, seja da Aneel, da Arsesp, da Enel, foram acolhidos no relatório. Aqui há indicações, no subrelatório, importantíssimas, indicações que, se forem tomadas a efeito pela Aneel, farão com que esse serviço seja prestado com qualidade para o nosso povo e para o povo do nosso país.

Então, acho que nada pode ser jogado fora aqui, nem desperdiçado. Me parece que a celeuma e a divergência encontram-se na capitulação das condutas para ilícitos penais. Porque, no aspecto administrativo e cível, não há discordância entre os pares,

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

mas no aspecto penal... E aí é impossível que a gente permita que princípios penais constitucionais sejam desprezados.

No caso dos crimes de prevaricação, eu concordo que houve uma omissão absurda dos órgãos de controle, seja a Aneel, seja a Arsesp. Agora, do ponto de vista penal, não consigo encontrar elementos nos autos, na nossa CPI, para fundamentar um indiciamento dos administradores. E já fazendo aqui a primeira ressalva, de que o indiciamento é ato exclusivo da autoridade policial, o delegado de polícia, e no caso do tipo penal específico da prevaricação, há um elemento subjetivo, que deixa claro que esse retardamento ou omissão indevida deve ser para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.

Não consigo, sinceramente, encontrar elementos aqui suficientes para dizer que a omissão, seja da Aneel ou da Arsesp, constituiria esse elemento subjetivo, que é exigência do tipo penal da prevaricação. Isso não quer dizer que nós não possamos remeter tudo o que foi construído aqui para as autoridades competentes, seja a autoridade policial ou o Ministério público, para que eles apurem as responsabilidades. Uma coisa é um ofício, um requerimento de instalação de investigação de um inquérito policial, outra é um pedido de indiciamento. Precisaria de mais elementos para que isso possa acontecer.

Então, não há dúvida de que o que nós vamos fazer aqui ao enviar... E isso é opção nossa. Não há outro caminho, a não ser enviar para as autoridades competentes. Esse é o final de toda a CPI, para que o delegado de polícia ou o Ministério Público, se encontrar, ou, na continuidade de uma investigação, elementos suficientes para o indiciamento, para oferecimento de uma denúncia criminal, que o faça, e tem que fazer, pelo princípio da obrigatoriedade.

Então, no caso, eu não vejo aqui indiciamento, mas vejo a possibilidade, o dever - e será feita, independentemente da nossa decisão - da instalação de inquérito e procedimentos investigativos, para que possa se apurar a responsabilidade. Então, essa seria a primeira ressalva que eu faço com relação aos órgãos de controle. Ilícito civil e ilícito administrativo, não tenho dúvida. Ilícito penal merece melhor análise do delegado de polícia, das autoridades competentes, de maneira ampla.

No que toca aos dirigentes da Enel. O tipo penal que fundamentou aqui esse texto final não é o de prevaricação, mas é do crime... Peço aqui ajuda. No Art. 7º, Inciso VII - salvo engano -, da Lei nº 8.137. Então, é um outro tipo penal, não é o da prevaricação. Seria por inserção de informações falsas em documento enviado ao

## *Divisão de Registro de Pronunciamentos*

consumidor. É um outro crime, é um outro tipo penal, que também deverá ser investigado pelas autoridades competentes.

Então acho que é possível a gente construir um texto aqui que não fique dúvida para a população de que o trabalho prestado na CPI foi de excelência e que o nosso povo verá, a curtíssimo prazo, Luiz, resultados fruto do trabalho desta Casa. Essa é a minha preocupação, porque pode parecer, por uma capitulação do ilícito penal, que todos os demais apontamentos não têm valor. E têm muito valor, porque ao final o que nós queremos aqui, além de apurar responsabilidades, é que o serviço seja prestado com excelência, que a energia elétrica chegue nas casas, nas pessoas.

Então peço que os deputados se debrucem sobre isso porque há essa questão técnico-jurídico penal, que não pode ser desprezada no relatório final, sob pena de o nosso relatório ser facilmente impugnado ou atacado, e não ter, na concepção do povo paulista, a percepção que deve ser tida: prestamos um excepcional serviço. Então, para mim, Sr. Presidente, fica aqui: eu acho que nós temos que construir esse texto, eu não entendo, eu não consigo votar favoravelmente na tipificação da conduta dos dirigentes da Aneel e da Arsesp pelo crime de prevaricação, porque não encontro elementos suficientes para indiciamento, por falta do elemento subjetivo, requisito essencial do tipo penal.

Porém, não haverá outro caminho senão, sim, remeter à autoridade policial, para que o inquérito seja instaurado e, se a autoridade competente encontrar elementos, sim, indiciar e levar para o Ministério Público, que pode oferecer inclusive uma denúncia. Esse é o ponto que eu trago aqui. Por isso, não votaria favorável, Carlos Cezar, na capitulação ou tipificação, classificação, das condutas dos dirigentes como ilícito penal. Vejo o ilícito civil, vejo o ilícito administrativo, vejo inclusive possibilidade de improbidade administrativa, mas não vejo elementos para indiciamento pelo crime de prevaricação. E, sim, incluiria, para apuração, um inquérito policial, instauração de um inquérito policial. Nesse sentido, sim.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Questão de ordem, deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT - PARA QUESTÃO DE ORDEM -** Parece-me que a Monica, a deputada Monica, ela traz uma nova proposta. Então nós estamos discutindo a nova proposta da deputada Monica. É um destaque, e eu, quando fiz a minha fala, eu falei contra, achava que no parecer da deputada Carla Morando faltam esses elementos, e a deputada Monica agora tenta acrescentar esses elementos, e tal. Então acho que o que está em discussão agora é um novo assunto. É isso, Sr. Presidente?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Então vamos colocar em votação o destaque da deputada Monica.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Não, nós estamos ainda discutindo. Ele colocou uma proposta, nós temos...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Não, tudo bem, mas já acabou, ela finalizou o tempo dela.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Não, não, mas eu queria discutir a proposta dela. Ela fez uma nova proposta, e nós estamos...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Então, mas vamos... A gente está colocando aqui em votação o destaque dela, colocando vocês...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** É, mas eu queria discutir o destaque dela.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL -** Se entrar o destaque, daí a gente discute.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Eu queria discutir o destaque.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL -** Não, acho que tem que colocar agora. Vai colocar em votação assim: entra o destaque, daí a gente discute.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Não, não, mas eu queria defender o destaque.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL -** Então, mas vai defender se ele entrar, não é?

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu não entendi essa interpretação do Regimento feita pelo nosso diretor, é equivocada. Ela colocou uma nova proposta, e ela precisa ser discutida.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, a orientação aqui da mesa, da secretaria, é que a discussão entraria se o destaque fosse aprovado. Então eu coloco...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Não, mas normalmente se discute uma proposta antes da votação. Primeiro se discute, depois vota. Nós temos que discutir a proposta, e depois vai à votação.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas isso já é a discussão, deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Não, não, nós estamos discutindo o relatório. Aí, ela traz um novo elemento.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, mas o destaque está dentro do relatório.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Não, então, mas nós discutimos o relatório, aí ela traz uma nova proposta. Ela fez uma emenda, eu queria discutir a emenda. Eu tenho certeza...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, mas ela está apresentando um novo relatório a um destaque.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu acho que o nosso diretor está cerceando o nosso direito de discutir. Sim, senhor, eu tenho certeza disso.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Pela ordem, presidente. Para discutir ainda, Sr. Presidente, apenas para fazer um reconhecimento justo aqui desta CPI. Foram sete

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

meses de trabalho, foram quase duas dezenas de audiências aqui que nós ouvimos, inquirimos várias pessoas, várias autoridades, inclusive algumas delas com mais de oito horas de duração. Enfim, é um trabalho imenso. Penso que as palavras dos deputados que me antecederam valem um encontro daquilo que nós acreditamos, que a CPI apresente resultados. Mas, apenas de forma muito breve e célere, Sr. Presidente, peço que... Acho que nós vamos ter que suspender a sessão, porque vai começar lá, e reabrir daqui a pouco.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, suspendendo a sessão por cinco minutos. Em breve retornamos.

\* \* \*

- Suspensa, a reunião é reaberta sob a Presidência do Sr. Thiago Auricchio.

\* \* \*

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Reaberta a presente sessão.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Questão de ordem, Sr. Presidente.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Estou com a palavra.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Questão de ordem, deputado Carlos Cezar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Não.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Questão de ordem é minha.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Ah, deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Mas o senhor tem uma questão de ordem, deputado Carlos Cezar?

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Por favor.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT - QUESTÃO DE ORDEM** - Sr. Presidente, deixe-me lhe dizer: toda proposta precede uma discussão, depois vai a votação. Eu fiz uma discussão sobre o relatório da deputada Carla Morando. Depois a deputada Monica faz uma nova proposta e o deputado Dr. Eduardo Nóbrega, meu querido amigo, discutiu a proposta da deputada Monica. Portanto, não estava nem discutindo o relatório, estava discutindo a proposta. Divergindo do que o senhor...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Oi...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz Fernando, orientação, não sou eu que dito a regra, nem o senhor...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu quero dizer ao senhor justamente, só para concluir, eu tenho tempo na minha questão de ordem, não é?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Tem, fique à vontade.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - O diretor de comissões, Sr. Renê, fez uma interpretação que, no meu entendimento, cai. Nós não... o senhor está cerceando, e, na verdade, ele o induziu a cercear um debate sobre uma nova proposta.

Eu respeito demais o seu Renê, mas a intervenção dele é descabida, inapropriada e equivocada. Na minha opinião, ele pode estar certo e eu errado, porque assim, foi trazida uma nova proposta, e aí o deputado Dr. Eduardo Nóbrega discutiu a nova proposta, e eu gostaria de discutir a nova proposta. Nesse sentido é que eu pedi a palavra e o senhor me cerceou o direito de falar.

Eu acho que isso pode invalidar, porque nós vamos judicializar. Se o deputado não puder, no Parlamento, falar, eu não sei o que pode. Agora, que isso é novo, Dr.

Renê, isso é muito novo, eu quero discutir com o presidente da Casa se a intervenção é dele ou é vossa, porque houve uma intervenção hoje, aqui na comissão, indevida.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Carlos Cezar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Só para continuar a discussão, Sr. Presidente. Então, para ressaltar aqui o trabalho de todos, o intuito de cada um, sobretudo os esforços que foram apreendidos por V.Exa. e cada membro dessa comissão, deputada Carla Morando, relatora; deputado Luiz Fernando Teixeira, deputado Marcolino, deputado Eduardo Nóbrega, deputado pastor Oseias, enfim, a Monica Seixas, V.Exa. na presidência. Mas, Sr. Presidente, apenas para finalizar a minha fala aqui, que é muito claro que esta comissão, essa CPI, Comissão Parlamentar de Inquérito, tem um objeto certo e definido, e o objeto certo e definido dessa CPI é apurar possíveis irregularidades e práticas abusivas cometidas pela Enel Distribuição São Paulo na prestação de serviço e fornecimento.

É isso que nós fizemos ao longo do período, e já foi bem colocado aqui pelo deputado Eduardo Nóbrega o princípio da culpabilidade que está elencado lá no Art. 5º da Constituição, inciso XLV, que fala que ninguém será punido, todos serão punidos na medida da sua culpabilidade, ninguém acima da sua culpabilidade.

Então, assim, eu estou muito tranquilo quanto a isso e quanto a tudo o que foi debatido aqui, acho que é de extrema relevância. E que cada um possa punir na medida dos seus atos, das suas responsabilidades, e que essa CPI está mostrando efetivamente o trabalho. E que a gente espera que aquilo que de descaso com prefeituras, com pessoas, com a população que fica no sol sendo tratada e tantas coisas que nós já expusemos aqui, não venha a se repetir.

Apenas isso, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputados, seguindo a orientação aqui da Secretaria de Comissões, eu, pelo entendimento deles, é o que eu... a orientação que eu vou seguir. Teoricamente, essa proposta da deputada Monica ainda

não existe. Então, a gente tem que votar primeiro para que ela seja incluída, e depois abrir uma nova discussão. Então, eu coloco...

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz Claudio Marcolino.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Não foi isso que nós discutimos. O que nós construímos de diálogo aqui é que vai ter o relatório, onde uma parte dos deputados vai seguir e vai colocar como responsabilidade só da Enel. E a outra parte que nós estamos debatendo aqui, além de a Enel ser responsabilizada, nós queremos incluir também a Arsesp e a Aneel.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então vamos votar essa proposta da deputada Monica, e se ela teoricamente existir a gente abre a discussão para os demais deputados, para votar no relatório final.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu terei minha palavra cerceada, é isso?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Não, deputado, você falou por dez minutos. Isso não é cercear a palavra.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Discutindo o relatório da deputada Carla.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Questão de ordem.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Questão de ordem, deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL - PARA QUESTÃO DE ORDEM** - Para pacificar, eu entendo que eu usei uma ferramenta pouco usual a essa altura, e talvez a gente não esteja entendendo direito como usá-la. Então só

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

para perguntar: Renê, nós estamos votando tipo rito de votação para saber se eu tenho o direito de impor um novo item à votação, ou a gente está votando o meu texto? Sim ou não ao meu texto...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Sem discussão, segundo o nobre Dr. Renê.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Eduardo Nóbrega.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Eu só quero entender a proposta. Nós vamos ter que votar o destaque da deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Então é “sim” ou “não” ao meu texto agora.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Ao texto. E o que (Falas sobrepostas.) em discussão...

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Do destaque dela, segundo o presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Segundo a orientação das comissões.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Presidente, mas eu quero entender qual é a proposta, porque, assim, tudo...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Ela já colocou, deputado.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Tem gente que entende mais rápido, eu não entendo. Eu vou exercer o meu mandato aqui. Eu quero entender o seguinte, se a proposta para adicionar...

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - A partir do parágrafo que a Carla leu, eu adiciono três parágrafos... (Falas sobrepostas.)

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, primeiro a ideia, a sugestão e a orientação...

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - O relatório não coloca a Arsesp nem a Aneel no crime de prevaricação.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Não.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Está certo?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - É a proposta que ela quer colocar. A gente precisa votar essa proposta para ver se ela vai a discussão ou não.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Tudo o que foi de ilícito, civil, administrativo, já está encampado pelo relatório.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Perfeito.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Se o senhor me permite...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Vou colocar em votação a proposta da deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - A tipificação do crime fica para a Justiça.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota a deputada Carla Morando?

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - É simbólica, presidente. Ninguém pediu verificação... Ah, perdão, tem que ser.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O senhor tem que colocar em votação.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Vou colocar. Comecei a colocar agora.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Depois que colocar em votação, aí a gente pede verificação de votação.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Perfeito.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota a deputada Carla Morando?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Voto contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Carlos Cezar?

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Eduardo Nóbrega?

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Oseias de Madureira?

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD -** Contra o destaque.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Como vota o deputado Luiz Claudio Marcolino?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Pela inclusão da Arsesp e da Aneel no crime de responsabilidade de todo o problema que a Grande São Paulo tem vivido.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Como vota o deputado Luiz Fernando?

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT -** Contrariamente ao Sr. René, que o assessorou, e protestando pelo senhor cercear o nosso direito de fala, Sr. Presidente, eu voto pela inclusão do destaque da deputada Monica responsabilizando a Arsesp e também indiciando seus diretores, bem como a Agência Nacional de Energia Elétrica.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Como vota a deputada Monica?

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL -** Eu voto pela inclusão da responsabilização das duas agências controladoras e fiscalizadoras.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Este deputado também vota contra a inserção, ficando, então, a inserção rejeitada pelo placar de cinco votos contra, com três votos a favor.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT -** Pela ordem, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL -** Pela ordem, deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Nós apresentamos um subrelatório, e tem um relatório apresentado pela deputada Carla Morando.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Sim.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu pergunto a V. Exa.: eu posso votar no meu subrelatório? Porque aí tem dois relatórios apresentados.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - O relatório já está apensado, deputado. Não tem essa previsão de votar subrelatório. Então eu vou colocar em votação, agora, o relatório final da deputada Carla Morando. Deputada...

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Como vota o Carlos Cezar? Ordem alfabética.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Carlos Cezar.

**O SR. CARLOS CEZAR - PL** - Voto favorável ao relatório da deputada Carla Morando. Peço licença a Vossa Excelência.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota a deputada Carla Morando?

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Voto favorável ao meu relatório.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Eduardo Nóbrega?

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Sr. Presidente, eu vou fazer as ressalvas, novamente, que devem ser feitas...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado, vamos ser breves. Como vota o deputado?

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Eu não sei a pressa, presidente. Por que a pressa? Então eu vou votar contra o relatório da deputada Carla Morando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Parece que é determinação de um xerife.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Então, o que acontece, presidente, é que a gente não é informado de muita coisa, aí começa uma pressa, entendeu? Mas eu quero só deixar salvo, então, que tudo o que foi feito por esta CPI prestou um relevante serviço ao povo de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Obrigado, deputado.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Eu voto a favor do relatório da deputada Carla Morando.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Oseias?

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Sr. Presidente, eu quero só fazer aqui uma colocação. Parabenizar o trabalho desta CPI, eu acho que trouxe esclarecimentos extremamente importantes à população, e votar favorável ao relatório da deputada Carla Morando.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Luiz Claudio Marcolino?

**O SR. OSEIAS DE MADUREIRA - PSD** - Pedir a licença do senhor para...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota o deputado Luiz Claudio?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Só para justificar o voto, da mesma forma que os deputados anteriores, nobre Eduardo Nóbrega, a deputada Carla Morando, o deputado Carlos Cezar, esse relatório, Sr. Presidente, agora em votação...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Como vota, deputado?

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Eu vou votar, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - A discussão já foi feita, deputado. Já colocou o seu posicionamento. Como vota o deputado?

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - O Eduardo Nóbrega pôde, por que nós não podemos?

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas ele falou rapidamente.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Nós tentamos construir uma série de caminhos ali, e eu falei, nós ajudamos muito para ter um bom relatório.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Certo.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - O nosso subrelatório foi... Boa parte dele, quase a totalidade, está inclusa, está apensada no relatório final. Esse relatório deixa de ser um relatório da deputada Carla Morando, é um relatório da CPI, é de todos os deputados. De todos os deputados.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Para finalizar, deputado.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Vou finalizar, deputado. Vou finalizar, deputado.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Tudo bem, então. Por favor.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Esse relatório é um relatório da comissão, da CPI, e eu quero deixar frisado: o que faltou nesse relatório é a responsabilização também da Arsesp e da Aneel. Eu quero deixar consignado: não dá para aceitar o governo querer interferir na gestão da CPI no último momento da votação, querendo tirar a Arsesp do relatório final. Isso nós não podemos admitir, porque nós trabalhamos muito para ter um bom relatório, para que a população da cidade de São Paulo e Grande São Paulo fosse bem atendida pela questão de energia elétrica.

Não dá para o governo, no último minuto, no último momento do relatório da CPI, vir aqui e propor aos deputados da base do Governo para retirar a Arsesp da sua responsabilidade. É do Governo do Estado de São Paulo agora tirar a Arsesp dessa responsabilidade, eu quero que isso fique consignado na nossa CPI. (Fala fora do microfone.) Voto favorável ao relatório da CPI. Mas eu quero que fique consignado que o Governo do Estado de São Paulo operou para retirar a Arsesp do relatório final da CPI da Enel no estado de São Paulo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz Fernando.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - Eu pediria ao senhor que o senhor não me interrompesse, Sr. Presidente, porque eu vou fazer as minhas considerações.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Mas aqui a gente está no processo de votação. A discussão já foi feita.

**O SR. LUIZ FERNANDO PT** - O senhor permitiu que o deputado Marcolino falasse...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Eu só pedi brevidade, deputado, não estou pedindo para você não falar.

**O SR. LUIZ FERNANDO - PT** - O deputado Eduardo Nóbrega, e eu peço para o senhor não me interromper, Sr. Presidente. Eu quero dizer que o relatório é meia boca, é um relatório que serve ao governo do estado e não serve à população. O que, de fato, o relatório isenta é a Arsesp e também a Aneel.

Queria destacar, assim como o Marcolino destacou, a intervenção do governo e da Casa, por ter mandado aqui o Sr. René, que é diretor de Comissões, não é secretário da Comissão, para interferir, para induzir a equívoco, que nós vamos judicializar. Então, assim, fica um relatório chapa branca do governo, meia boca.

Eu vou votar porque nós não podemos terminar uma CPI sem relatório, então eu voto favorável ao relatório, mas quero dizer que foi um relatório meia boca, sem responsabilizar os devidos responsáveis que também têm culpa por esse processo.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputada Monica.

**A SRA. MONICA SEIXAS DO MOVIMENTO PRETAS - PSOL** - Celebrando a indicação de intervenção na Enel, convidando os colegas a participarem da oferta ao Ministério Público da denúncia que vou fazer contra a Arsesp e a Enel, independentemente da CPI, convidando os deputados para a gente legislar sobre a urgente necessidade de ampliar as condições de trabalho da Arsesp e dos seus fiscais, eu voto favorável ao relatório.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Este presidente também vota favorável, ficando o placar aprovado, com o placar registrado, o voto de todos com as devidas restrições dos deputados, ficando então o placar de oito votos favoráveis e três votos aprovados com ressalva.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Pela ordem, presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Pela ordem, deputada Carla Morando, também rapidamente para a gente encerrar a nossa CPI.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Eu quero agradecer, bem rapidinho. Primeiro, agradecer a todos os deputados que participaram efetivamente

deste trabalho e colaboraram muito. A gente sabe que todos esses pedidos sobre questões da agência Arsesp, da agência Aneel, estão também contemplados neste relatório.

Somente não estando incluídos como um indiciamento, por não haver elementos para isso, mas que nós, sim, temos certeza de que a Aneel é extremamente responsável por todo esse descaso, juntamente com a empresa Enel e com a Arsesp, por ter um convênio menor, pequeno e sem a possibilidade de averiguação e fiscalização. Por esse motivo, solicitamos também que neste relatório...

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Finalizar, deputada.

**A SRA. CARLA MORANDO - PSDB** - Sejam incluídos, sejam disponibilizados para a agência Arsesp o login e a senha para que, sim, eles possam efetivamente fiscalizar, e também o aumento do efetivo, que é ínfimo perto do tamanho do nosso estado e da relevância de todo o serviço prestado.

Então, agradecer a todos e dizer que esse relatório trouxe uma resposta à população que é esperada por todos os parlamentares que aqui trabalharam e concluíram um trabalho realmente muito importante para a população. Obrigada.

**O SR. DR. EDUARDO NÓBREGA - PODE** - Pela ordem, Sr. Presidente, só quero parabenizá-lo, porque não é possível que a gente termine um trabalho como esse sem parabenizar o presidente da comissão, a relatora da comissão e todos os demais membros. Prestamos um excelente serviço ao povo do estado de São Paulo. Obrigado, Sr. Presidente.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Deputado Luiz Claudio.

**O SR. LUIZ CLAUDIO MARCOLINO - PT** - Pela ordem, Sr. Presidente. Primeiro, parabenizar V. Exa. pela condução dos trabalhos, eu acho que esta CPI conseguiu organizar um bom relatório, um bom documento, que vai servir como

*Divisão de Registro de Pronunciamentos*

orientação, seja em Brasília, seja aqui no estado de São Paulo, para que se possa melhorar o atendimento da população.

Quero também deixar consignado - é importante - que nós fizemos aqui uma cobrança explícita à Enel, que deveria apresentar um plano de ressarcimento à população que foi atingida no dia três de novembro. Esse foi ainda um retorno deles, ínfimo em relação à necessidade dos danos morais e materiais da população. Que esse item, que nós debatemos muito também a partir do dia três, não fique esquecido, e que a gente possa dar continuidade (Inaudível.). E parabenizar V. Exa. pela boa condução dos trabalhos.

**O SR. PRESIDENTE - THIAGO AURICCHIO - PL** - Então, nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a nossa reunião.

\* \* \*

- Encerra-se a reunião.

\* \* \*